



CEAPG
Centro de Estudos
em Administração
Pública e Governo

Esse Boletim tem como objetivo apresentar os resultados do Projeto de Pesquisa Aplicada Vulnerabilidade Urbana e Desenvolvimento Socioeconômico, desenvolvido pelo Centro de Estudos em Administração Pública e Governo da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas – FGV-EAESP/CEAPG a partir da Estação de Pesquisa Urbana M'Boi, com apoio financeiro do Fundo de Pesquisa Aplicada da Fundação Getúlio Vargas, GVPesquisa e CNPq.

Nesta edição

Introdução 1

Vulnerabilidade e Desenvolvimento Social

- Conectividade Territorial 2
- Agricultura Urbana 3
- Economia da Cultura 4
- Microfinanças 5

Outras Pesquisas em Andamento na Estação de Pesquisa Urbana M'Boi

- Estratégias de Combate à Vulnerabilidade Juvenil Social e Desenvolvimento Local 6

Introdução

O boletim mostra os avanços ocorridos nas pesquisas em andamento da Estação de Pesquisa Urbana M'Boi, assim como um resumo de suas principais atividades.

O eixo de Conectividade Territorial visa investigar as conexões entre serviços públicos no território. A partir da confecção de mapas, entrevistas e conversas, o grupo propõe que os problemas do território não estão ligados tanto à falta de serviços públicos, mas sim à falta de conexão entre eles.

Já o eixo de Agricultura Urbana retomou o mapeamento das iniciativas de agricultura no território e, a partir de conversas, identifica a necessidade de se aumentar as conexões entre os agricultores, já que muitas iniciativas acabam permanecendo insuladas.

O eixo de Economia da Cultura visa identificar o potencial cultural da região, especialmente em relação à geração de renda. Para isso mapearam e entrevistaram iniciativas culturais da região e concluem que o VAI tem um papel central na articulação da cultura do território, ainda que não seja o único recurso utilizado.

Após um mapeamento inicial das condições de vida da população e da oferta de serviços financeiros na região, o eixo de Microfinanças realizou um levantamento dos desafios e oportunidades enfrentados pelos bancos comunitários.

Por fim, o eixo de Vulnerabilidade Juvenil Social e Desenvolvimento local criou parcerias com organizações locais com o objetivo de sistematizar práticas de ações públicas culturais e socioeducativas voltadas ao enfrentamento das vulnerabilidades urbanas presentes na região.

Assim, é a partir da maximização das sinergias possíveis entre diferentes temáticas urbanas e da troca de informações quantitativas e qualitativas entre pesquisadores que a Estação pretende criar um impacto positivo no desenvolvimento territorial local.

Conectividade Territorial

Os estudos sobre a distribuição de serviços na região como um todo foram feitos usando a mesma escala de mapa para cada tipo de serviço e segmento. O mapa base, de tamanho 60 cm x 90 cm, foi construído manualmente e depois fotocopiado para permitir diferentes leituras e marcações com etiquetas de cores diferentes. Incluía a área de abrangência da subprefeitura (agora prefeitura regional) e também partes de regiões adjacentes. Por ser de papel, o conjunto de mapas pode ser facilmente levado em reuniões abertas e afixado na parede para servir de disparador de discussão geral. Na primeira fase do trabalho da equipe, o foco foi na região com um todo e em consolidar as versões preliminares feitas anteriormente. Foram mapeados a localização dos serviços: de saúde; de educação infantil, incluindo creches; educação fundamental 1 e 2 e segundo grau (municipal, estadual e particular); assistência social (CRAS, CREAS e serviços conveniados); cultura e esportes; serviços institucionais e feiras livres; paróquias da igreja católica.

Duas conclusões importantes emergiram. Primeiro em relação a dinâmica do “estado ausente” como uma expressão comum na região. Há serviços; eles poderiam ser melhor distribuídos e há mais serviços nas áreas mais estabelecidas, mas há uma razoável distribuição de serviços de base territorial. O que as diferentes discussões e dados qualitativos coletados demonstram é uma falta de conexão entre estes diferentes serviços, especialmente em situações de vulnerabilidade. Portanto, a ausência do estado se refere a este sentimento de ausência da conectividade e do acolhimento adequado das questões diárias complexas. É aqui que as pessoas se sentem sozinhas. A segunda conclusão foi que ao se aproximar ao horizontes de mobilidades diária básica, no nível do bairro, a situação se torna mais complicada porque as dificuldades e barreiras – iniciando com as físicas – são mais aparentes.

Como consequência, nesta segunda fase decidimos diminuir mais ainda o foco inicialmente pensada em termos territoriais e também escolher um tema específica para ser objeto de análise de interconexão entre serviços. Escolhemos como lugar, uma parte de um bairro (Jardim das Flores em Jardim São Luís) onde há uma paróquia, escolas e partes dos territórios de três UBS e a Estrada de M’Boi Mirim, e como tema, a questão de serviços para pessoas com deficiência, especialmente crianças e jovens.

A escolha foi resultado de alguns dos trabalhos feitos durante o curso de gestão social urbano e por ser uma área de interconexão entre assistência, educação e saúde. Técnicos e gestores de organizações sociais trabalhando em convênio com a Secretaria Municipal de Assistência Social apontaram que mesmo tendo vagas previstas nas suas atividades e centros para pessoas nestas circunstâncias, as vagas ficam sem preenchimento. Sendo este tripé de áreas de política pública chave para questões de vulnerabilidade e já tendo dados no nível geral da região sobre a falta de conectividade, focalizar mais especificamente uma temática e fazer isso em uma área territorial menor deve permitir avançar tanto em termos de compreensão da problemática como também no apoio às possibilidades de ação.

A equipe visitou duas escolas do bairro e conversou com duas coordenadoras sobre as pessoas com deficiência e as questões que as envolve, como inclusão, acessibilidade, capacidade da escola recebe-los. Também desenvolvemos um questionário para entrevistar pessoas com deficiência e os desafios que elas vivem na cidade.

Para este fim, após conversas e contatos que levou a escolha de uma área (Jardim das Flores) que está dentro da região de abrangência de um importante Centro de Juventude como o qual estivemos em contato anteriormente, a equipe se apresentou no Fórum de Inclusão de M’Boi e ofereceu seu apoio às suas atividades. O Fórum, que reúne atores sociais e técnicos de algumas serviços, está atualmente terminando um primeiro censo efetivo sobre o número de pessoas com deficiência no distrito de Jardim Ângela a partir das Unidades Básicas de Saúde e das agentes comunitárias de saúde. Com estas informações coletadas, busca agora montar um seminário público para debater as demandas e as dificuldades de conexão entre os serviços. Nosso apoio inicial tem sido de identificar e analisar as diferentes fontes de informação pública disponível junto com a estrutura normativa, em termos de sua clareza e efetividade para criar relações de acolhimento mais consolidadas. Num próximo momento, iniciaremos os estudos qualitativos de base territorial, buscando entender como as pessoas criam estratégias e táticas para cuidar de membros familiares com deficiência. Estas também serão apresentados no seminário público.

Agricultura Urbana

A agricultura urbana é uma atividade diversa, podendo assumir diferentes feições em cada território. Um dos objetivos dessa pesquisa é identificar e caracterizar a variedade de experiências na região do M'Boi Mirim, para a partir daí buscar compreender as dinâmicas presentes e as questões que trazem para análise sobre a agricultura urbana.

Os casos já levantados no território estão apresentados no quadro 1.

Fatores de mobilização da Agricultura Urbana no território					
Horta/Organização	Saúde	Educação	Preservação do meio ambiente	Geração de Renda	Fortalecimento Comunitário
CEU Guarapiranga		X			X
Produtores da região do Semeando Futuro	X		X	X	X
Ângela da Cara Limpa			X	X	
Dedo Verde			X	X	X
Escolas	X	X			X
Associação Monte Azul	X		X	X	X
Produtores da região do CEU Guarapiranga				X	
Associação Monte Azul	X	X		X	X

Nos casos identificados a prática da agricultura urbana se dá a partir de cinco fatores mobilizadores nesse território:

1. Preservação do meio ambiente: as atividades principais são ligadas à educação ambiental e experiências de reutilização de resíduos.
2. Educação: os equipamentos municipais de educação possuem horta para cultivo e atividades pedagógicas articuladas com ONGs locais.
3. Geração de Renda: neste aspecto a agricultura urbana assume nesse território diferentes combinações, ligadas à preservação ambiental, autoconsumo, e também principal fonte de renda.
4. Saúde: A relação entre saúde e Agricultura Urbana surge de forma mais relevante com o plantio e comercialização de hortaliças, frutas e ervas a partir da agricultura natural. A finalidade tem sido proporcionar saúde para a população local e geração de renda para os agricultores.
5. Fortalecimento comunitário: O próprio trabalho coletivo na produção agrícola tem funcionado como um fator mobilizador, que foi encontrado em diversas experiências.

Além da variedade de iniciativas, um aspecto central percebido, que cabe destacar na pesquisa, é a atomização e pouca articulação entre elas. Neste sentido, para continuidade de pesquisa interessam tanto as relações entre as diversas experiências, como a compreensão de cada um dos fatores mobilizadores e suas dinâmicas no território. Dessa forma, incluem-se também os atores que não apresentam caráter mobilizador, como é o caso de produtores que tem a geração de renda como objetivo principal, e as atividades educacionais. Nestas últimas, considera-se importante o debate e o potencial papel das escolas para o fomento de uma cultura sustentável nos respectivos bairros/comunidades em que estão inseridas. Compreende-se que essa cultura de valorização poderia respaldar e beneficiar todos aqueles que estão ligados, direta ou indiretamente, à agricultura urbana, isto é, tanto os agricultores-produtores como os próprios moradores-consumidores.

Economia da Cultura

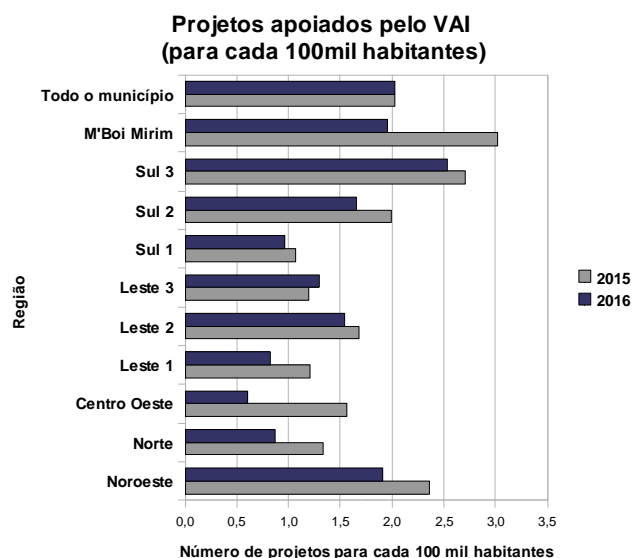
Manter a sustentabilidade financeira de grupos e iniciativas culturais é sempre um desafio. Conforme ouvimos em entrevistas no M'Boi Mirim, *“Fazer as ações não é desafio. Desafio é pagar conta”*. De um lado, esta sustentabilidade depende da venda de produtos ou serviços, de patrocínios privados ou de eventos. De outro, depende de recursos públicos, que podem ser acessados por programas e projetos específicos ou por editais. Estes recursos públicos podem ser municipais, estaduais ou federais.

A prefeitura de São Paulo criou em 2003 o Programa para a Valorização de Iniciativas Culturais (VAI), com a finalidade de apoiar financeiramente projetos culturais. O programa apoia, em sua maioria, projetos de jovens de baixa renda e de regiões mais periféricas da cidade, pois estes possuem maiores dificuldades em manter a sustentabilidade das atividades desenvolvidas.

Oficialmente, o VAI possui como principais objetivos o estímulo à criação, ao acesso e à participação do pequeno produtor cultural no desenvolvimento cultural da cidade; a promoção da inclusão de diversos artistas locais na cultura paulistana; e o estímulo às dinâmicas culturais locais. Em 2013, o VAI passou a ser dividido em duas modalidades: VAI I e VAI II. No edital de 2017, o primeiro fornece aos projetos até R\$ 40 mil e atende grupos de jovens de 18 a 29 anos; e o segundo destina recursos de até R\$ 80 mil, atendendo grupos que passaram pelo VAI 1 e que tenham experiência em ações culturais há pelo menos 2 anos.

Em 2016, o VAI contemplou 230 projetos em toda a cidade de São Paulo, buscando abarcar a diversidade cultural em atividades como dança, música, teatro, artes cênicas, artes visuais, hip hop, cultura digital, entre outros. Grande parte destes projetos é itinerante, percorrendo várias partes da cidade. Outros, no entanto, estão localizados em regiões específicas do município.

Em 2015 e 2016, a região da cidade com mais projetos contemplados foi a Sul 3; por outro lado, a Sul 1 (em 2015) e a Centro Oeste (em 2016) foram as com menor número de projetos contemplados. O gráfico mostra a análise entre o número de projetos contemplados e a população da região.



No gráfico, destacamos a Prefeitura Regional do M'Boi Mirim (parte da região Sul 2), pois é uma região com alta concentração de projetos contemplados pelo programa VAI, totalizando dezessete projetos em 2015 e onze em 2016.

As nossas entrevistas com organizações culturais da região mostram que embora o VAI não seja a única forma de sustentabilidade financeira dessas organizações, não há dúvidas de que quando o projeto ou a iniciativa é contemplada, passa a ser um recurso fundamental para a manutenção – e eventual expansão – das atividades, fortalecendo a economia local da cultura.

Microfinanças

Mapeamento dos Bancos Comunitários

A partir de entrevistas dentro do núcleo de pesquisa inserida na Sociedade Santos Mártires, conseguimos contato com dois bancos comunitários da região. Dessa forma, pode-se compor um cenário atualizado da atuação das iniciativas de microfinanças desenvolvidas na região do Mboi Mirim. Embora a atuação deles não alcance a região da Sociedade Santos Mártires há diversas características demográficas e sócio-econômicas das regiões, como também das ONGs que sustentam essas iniciativas.

Banco União Sampaio

Embora não se situe na região do Mboi Mirim, está numa região com características semelhantes, no Capão Redondo. Teve início dentro do projeto da União Popular de Mulheres de Campo Limpo e Adjacências que desenvolve diversos projetos que ajudam a apoiar o banco.

Banco Autogestão

Próximo a Fábrica de Cultura Jardim São Luís, foi criado pela ONG Casa de Cultura e Educação São Luís, originário do movimento de moradia. Possui licença para atuar como correspondente bancário da Caixa, mas tem restringido suas operações a atividades internas devido a problemas de segurança relacionados ao montante financeiro elevado e falta de estrutura. Utiliza em conjunto projetos de Agricultura Urbana e Coleta de Óleo de Cozinha para estimular o banco.

Dificuldades

Ambos os bancos estão momentaneamente desativados devido ao fim dos recursos do SENAES no final de 2016 que cortou verbas para manutenção dos agentes de crédito. Membros dos dois bancos citaram como principais dificuldades, além da dependência da verba para manutenção dos agentes, diversos fatores como: Treinamento da equipe para conseguir estimular um maior envolvimento da comunidade, competição do comércio local com grandes redes atacadistas e varejistas que desestimula o empreendedorismo local, falta de credibilidade em relação à moeda social.

Oportunidades

O uso do E-Dinheiro começou a ser usado pelo Banco Autogestão por meio de aplicativo e iria ser inserido o uso do cartão, ambos instrumentos ajudam a reduzir o risco da manipulação de moeda física e têm maior controle sobre as transações além de ser possível cobrar uma taxa por uso ajudando no custeio da operação. Com uma eventual retomada das verbas, esse novo produto pode ajudar a disseminar o uso da nova moeda dentro da comunidade.



Foto: Banco Comunitário Autogestão na Casa de Cultura e Educação São Luís

Estratégias de Combate à Vulnerabilidade Juvenil Social e Desenvolvimento Local

Tiago Corbisier Matheus, Lucio Nagib Bittencourt, Roberth M. Tavanti,
FGV-EAESP/CEAPG

O programa de pesquisa e extensão sobre *Ações Públicas Culturais e Socioeducativas*, realizado em parceria pela UFABC e CEAPG/FGV-EAESP, voltado às políticas de enfrentamento das vulnerabilidades que incidem sobre a população jovem de M'Boi, agora possui uma versão digital do mapeamento de sua trajetória, com os lugares que visitamos e/ou frequentamos ao longo destes quatro anos de atividades: <http://bit.ly/2nNS3S2>.

Para este ano de 2017, a partir de diálogos estabelecidos com agentes e organizações sociais locais, pretendemos sistematizar de modo colaborativo práticas de ações públicas culturais e socioeducativas voltadas ao enfrentamento das vulnerabilidades urbanas presentes na região. Nosso interesse se dá especificamente sobre a capacidade de conectividade que estas iniciativas produzidas principalmente por jovens para as juventudes locais e sua contribuição para a redução de vulnerabilidades institucionais presentes na região. Trabalhos de sistematização dessas práticas apresentam, por sua vez, a potencialidade de contribuir com ações que já estão sendo desenvolvidas e com a disseminação dessas experiências, favorecendo o diálogo entre saberes e a construção de práticas voltadas para a promoção da cidadania.

Para isso, construímos parcerias que orientam nossas atividades nestes próximos meses com duas iniciativas: o coletivo A Banca e o Centro São José / Centro de Juventude Riviera. Nesse período, A Banca, entre outras atividades, estará organizando dois seminários (31/03 e 28/04) e um fórum (26/05) sobre Negócios de Impacto Periférico, além da Arena da Arenga – sempre na Paróquia Santos Mártires; o Centro São José, por sua vez, tem previsto o aniversário de 25 anos de existência e, em função disso, buscam construir um livro que permita organizar sua história e sistematizar sua prática, perspectiva que poderá lhes trazer maior visibilidade de sua prática e apoio instrumental para seus membros.

Também realizamos aproximação com o Cursinho Popular Ubuntu, atuante na região e que se destaca pela autonomia de suas ações, bem como capacidade de inclusão de jovens em universidades públicas. No momento, iniciamos a sistematização dos dados que o coletivo registra acerca do público atendido pelo cursinho – atualmente são cerca de 300 estudantes, em três espaços (na Paróquia Santos Mártires, na Casa de Cultura de M'Boi Mirim e no Jardim Jacira), de modo a trazer maior clareza para seu campo de atuação.

Estação de Pesquisa Urbana M'Boi

Centro de Estudos em Administração de Empresas de São Paulo – CEAPG
Fundação Getulio Vargas
Avenida Nove de Julho, 2029, 11º andar, Bela Vista, São Paulo/SP, cep: 01313-902
Telefones: (11) 3799-7904 / 3799-7960
ceapg@fgv.br / ceapg.fgv.br

Realização



Apoio

